



PAULÍNIA-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA - SÃO PAULO

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO
BÁSICA I - PEB I

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Conhecimentos Educacionais
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2026



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



PAULÍNIA - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA -
SÃO PAULO

Professor de Educação
Básica I – PEB I

EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2026

CÓD: SL-227JL-26
7901183003884

Língua Portuguesa

1. Análise e interpretação de texto (compreensão geral do texto; ponto de vista ou ideia central defendida pelo autor; argumentação; elementos de coesão; inferências; estrutura e organização do texto e dos parágrafos)	9
2. Tipologia e gêneros textuais	13
3. Figuras de linguagem	21
4. Emprego dos pronomes demonstrativos	24
5. Relações semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (oposição/contraste, conclusão, concessão, causalidade, adição, alternância, etc.)	24
6. Relações de sinonímia e de antonímia.....	29
7. Sintaxe da oração (período simples; termos fundamentais e acessórios da oração; tipos de predicado) e do período (período composto por coordenação e por subordinação)	29
8. Funções do “que” e do “se”	33
9. Emprego do acento grave	35
10. Emprego dos sinais de pontuação e suas funções no texto.....	39
11. Ortografia.....	42
12. Concordâncias verbal e nominal.....	46
13. Regências verbal e nominal	49
14. Emprego de tempos e modos verbais	53
15. Formação de tempos compostos dos verbos	54
16. Colocação pronominal	59

Raciocínio Lógico

1. Lógica proposicional e de predicados	69
2. Argumentação lógica e inferências; Análise de argumentos e validade lógica	71
3. Teoria dos conjuntos e relações.....	75
4. Análise combinatória	78
5. Probabilidade.....	80
6. Sequências e padrões lógicos	81
7. Raciocínio analítico e resolução de problemas complexos.....	82
8. Interpretação de informações e tomada de decisão lógica	86

Conhecimentos Educacionais

1. Fundamentos da educação: Concepções pedagógicas e teorias da educação	93
2. História da educação e tendências pedagógicas contemporâneas.....	99
3. Educação e função social da escola	106
4. Didática e processo de ensino-aprendizagem	107
5. Planejamento educacional e organização do ensino	108
6. Metodologias de ensino e práticas pedagógicas	109
7. Avaliação da aprendizagem: concepções e práticas	111
8. Organização do trabalho pedagógico	115

1. Projeto Político-Pedagógico (PPP).....	120
2. Gestão democrática da educação.....	122
3. Coordenação pedagógica e trabalho coletivo.....	126
4. Desenvolvimento humano e aprendizagem; Teorias do desenvolvimento	130
5. Processos cognitivos, afetivos e sociais	136
6. Relação professor-aluno e mediação pedagógica.....	137
7. Educação inclusiva e diversidade	146
8. Educação inclusiva e práticas pedagógicas	152
9. Atendimento Educacional Especializado (AEE)	156
10. Adaptação curricular e acessibilidade	159
11. Políticas educacionais	164
12. Constituição Federal de 1988 (artigos da educação)	168
13. Lei nº 9.394/1996 (LDB).....	172
14. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990)	192
15. Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014)	232
16. Tendências contemporâneas em educação	234
17. Tecnologias educacionais.....	235
18. Metodologias ativas de aprendizagem	238
19. Educação integral e interdisciplinaridade	241

Conhecimentos Específicos

Professor de Educação Básica I – PEB I

1. Conhecimentos Pedagógicos; História da Educação no Brasil	249
2. Fundamentos filosóficos, sociológicos e psicológicos da Educação.....	251
3. Psicologia da Educação: principais teorias de aprendizagem (Piaget, Vygotsky, Wallon, Ausubel, Paulo Freire);	257
4. Desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da criança e do adolescente	262
5. Educação Inclusiva e Educação Especial: legislação e práticas pedagógicas.....	263
6. Avaliação da aprendizagem: diagnóstica, formativa e somativa. Avaliação contínua e diagnóstica;.....	270
7. Planejamento educacional: anual, de unidade, de aula;	270
8. Relação família–escola–comunidade.....	271
9. Didática e Metodologia de Ensino	276
10. Didática: conceitos, funções e importância; Métodos e técnicas de ensino-aprendizagem.....	278
11. Planejamento de aula: objetivos, conteúdos, métodos, recursos e avaliação.....	280
12. Recursos didáticos e uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)	284
13. Ensino por projetos e interdisciplinaridade	285
14. Práticas de leitura, escrita e letramento	287
15. Elaboração de planos de aula e planos de ensino	288
16. Instrumentos e técnicas de avaliação escolar;.....	292
17. Intervenção pedagógica, frente às dificuldades de aprendizagem;.....	298
18. Prática reflexiva e autoavaliação docente.....	300
19. Gestão da sala de aula: disciplina, motivação e mediação de conflitos.....	301

ÍNDICE

1. BNCC, Currículo Municipal e Computação como complemento da BNCC.....	305
2. Função social da escola.....	353
3. Educação em direitos humanos	353
4. Constituição Federal – artigos 205 a 214 (Educação); Legislação e Normas da Educação	356
5. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/1990	356
6. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996.....	356
7. Princípios da Educação Pública	356
8. Deveres e Direitos do Aluno e da Escola; Função Social da Escola e Papel do Professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.....	360

LÍNGUA PORTUGUESA

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO (COMPREENSÃO GERAL DO TEXTO; PONTO DE VISTA OU IDEIA CENTRAL DEFENDIDA PELO AUTOR; ARGUMENTAÇÃO; ELEMENTOS DE COESÃO; INFERÊNCIAS; ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TEXTO E DOS PARÁGRAFOS).

COMPREENSÃO GERAL DO TEXTO

A compreensão geral do texto consiste em identificar seu sentido global. É a capacidade de responder, de forma clara, à pergunta: “Qual é o assunto principal deste texto?” Essa compreensão inicial permite que o leitor tenha uma visão de conjunto antes de analisar detalhes. Sem ela, há risco de interpretar partes isoladas de forma equivocada.

Para compreender globalmente um texto, o leitor deve observar título, subtítulo, tema, palavras-chave, gênero textual, fonte, autor, finalidade e organização das ideias. O título costuma antecipar o assunto ou provocar uma expectativa. O subtítulo pode delimitar melhor o recorte temático. A fonte e o gênero ajudam a compreender a situação comunicativa.

Um texto jornalístico, por exemplo, pode ter como finalidade informar ou analisar um fato. Um artigo de opinião procura defender um ponto de vista. Uma crônica pode misturar narrativa, reflexão e comentário social. Um texto científico busca explicar um fenômeno com base em conceitos e dados. Reconhecer o gênero ajuda o leitor a entender que tipo de leitura deve realizar.

A compreensão geral também depende da identificação do tema. O tema é o assunto central tratado. Ele pode ser amplo, como educação, saúde, meio ambiente, tecnologia ou trabalho, mas normalmente o texto faz um recorte mais específico. Um texto não fala apenas de “tecnologia”; pode tratar do impacto das redes sociais na atenção dos jovens, por exemplo. Esse recorte é o verdadeiro foco da leitura.

É importante distinguir tema de ideia central. O tema é o assunto; a ideia central é o que o texto afirma sobre esse assunto. Por exemplo, em um texto sobre leitura, o tema pode ser “hábito de leitura”, enquanto a ideia central pode ser “a leitura frequente melhora a capacidade crítica e amplia a participação social”. O tema aponta o campo; a ideia central aponta a direção do pensamento.

A leitura global deve evitar pressa. Muitas vezes, o leitor encontra uma palavra conhecida e imagina que já entendeu tudo. No entanto, o sentido depende da articulação entre as partes. Um texto pode começar apresentando uma ideia apenas para depois criticá-la. Por isso, é necessário ler até o fim antes de concluir.

A compreensão geral também envolve perceber o tom do texto. O autor pode adotar tom crítico, informativo, irônico, indignado, didático, humorístico, científico ou literário. O tom influencia a interpretação. Uma frase irônica, por exemplo, não deve ser lida literalmente.

Outra estratégia útil é resumir mentalmente cada parágrafo. Ao final da leitura, o leitor deve ser capaz de dizer qual caminho o texto seguiu: apresentou um problema, explicou causas, trouxe exemplos, defendeu uma tese e concluiu com determinada posição. Esse resumo revela se houve compreensão global.

► Ponto de vista e ideia central defendida pelo autor

O ponto de vista é a posição assumida pelo autor diante do tema tratado. Em textos argumentativos, ele corresponde à tese defendida. A ideia central é o núcleo do pensamento desenvolvido no texto, aquilo que orienta os argumentos, exemplos e conclusões. Identificar esse ponto é essencial para interpretar corretamente.

Nem sempre o ponto de vista aparece de forma direta. Em alguns textos, o autor declara claramente sua opinião, usando expressões como “é necessário”, “defende-se”, “não se pode aceitar”, “deve-se reconhecer” ou “é fundamental”. Em outros, a posição precisa ser percebida pelas escolhas argumentativas e pelo modo como as informações são apresentadas.

Por exemplo, um autor pode escrever um texto sobre tecnologia na educação. Se ele destaca benefícios, apresenta exemplos positivos e conclui que recursos digitais ampliam possibilidades de aprendizagem, seu ponto de vista tende a ser favorável ao uso pedagógico da tecnologia. Se, ao contrário, enfatiza distrações, desigualdades de acesso e dependência excessiva, pode defender uma posição mais crítica ou cautelosa.

A ideia central não deve ser confundida com uma informação secundária. Um texto pode apresentar vários dados, exemplos e comentários, mas todos devem se relacionar a uma ideia maior. O leitor precisa perguntar: “Qual afirmação organiza as demais?” Essa pergunta ajuda a encontrar o núcleo do texto.

Muitas vezes, a tese aparece na introdução ou na conclusão. Na introdução, o autor pode apresentar o tema e indicar sua posição. Na conclusão, pode retomar a ideia defendida depois de desenvolvê-la. No entanto, isso não é regra absoluta. Em alguns textos, a tese se constrói progressivamente.

A escolha das palavras também revela ponto de vista. Termos positivos ou negativos, adjetivos avaliativos, verbos de julgamento e expressões de intensidade mostram como o autor enxerga o tema. Dizer “medida necessária” é diferente de dizer “medida autoritária”. A escolha vocabular orienta a leitura.

O leitor deve diferenciar ponto de vista do autor e opinião pessoal do leitor. Ao interpretar, primeiro é preciso entender o que o texto defende, mesmo que se discorde. A análise textual exige fidelidade ao texto. A avaliação crítica pode vir depois, mas não deve distorcer a posição do autor.

Em textos informativos, pode parecer que não há ponto de vista. Mesmo assim, há escolhas: o que foi incluído, o que foi deixado de fora, que fontes foram ouvidas, que título foi dado, que dados receberam destaque. A neutralidade absoluta é difícil; por isso, a leitura crítica observa também a seleção das informações.

Identificar a ideia central ajuda a responder perguntas de interpretação, produzir resumos, avaliar argumentos e compreender a finalidade do texto. Sem essa identificação, o leitor pode se perder em detalhes.

► Argumentação e defesa de ideias

A argumentação é o conjunto de recursos utilizados para defender uma ideia, convencer o leitor ou justificar determinado ponto de vista. Em um texto argumentativo, o autor não apenas apresenta uma opinião; ele procura sustentá-la com razões. Essas razões são os argumentos. A qualidade da interpretação depende muito da capacidade de reconhecer e avaliar esses argumentos.

Um argumento pode ser construído com base em fatos. Fatos são acontecimentos ou informações verificáveis. Por exemplo, afirmar que determinado índice aumentou em certo período é um dado que pode ser conferido. Quando um autor usa fatos, ele tenta dar base objetiva à sua tese.

Também é comum o uso de exemplos. Exemplos tornam uma ideia mais concreta. Se o autor defende que a leitura amplia o repertório cultural, pode citar situações em que leitores compreendem melhor debates sociais, interpretam notícias com mais cuidado ou escrevem com mais clareza. O exemplo ajuda o leitor a visualizar a ideia.

O argumento de autoridade ocorre quando o autor cita especialistas, instituições, pesquisadores ou documentos reconhecidos para fortalecer sua posição. Esse tipo de argumento pode ser eficiente, desde que a autoridade citada seja pertinente ao tema. Citar alguém famoso, mas sem relação com o assunto, não fortalece a argumentação.

A comparação também é recurso argumentativo. O autor pode comparar épocas, países, grupos, comportamentos ou situações para mostrar semelhanças e diferenças. Comparações ajudam a explicar conceitos e defender avaliações. No entanto, precisam ser adequadas; comparações forçadas podem enfraquecer o texto.

A relação de causa e consequência é muito frequente. O autor mostra que determinado problema ocorre por certas causas ou gera determinados efeitos. Por exemplo, pode argumentar que a falta de planejamento urbano contribui para enchentes, congestionamentos e desigualdade de acesso a serviços. A interpretação deve verificar se a relação causal é lógica e bem sustentada.

A argumentação também pode apresentar contra-argumentos. O autor reconhece uma posição contrária e depois a responde. Essa estratégia fortalece o texto porque mostra que o autor considerou outras perspectivas. Expressões como “embora alguns defendam”, “é verdade que”, “por outro lado” e “no entanto” podem introduzir contrapontos.

O leitor deve observar se os argumentos são coerentes com a tese. Às vezes, o autor apresenta dados interessantes, mas que não comprovam exatamente aquilo que defende. A interpretação crítica exige verificar se há ligação entre tese e argumento.

Também é importante perceber falhas argumentativas. Generalizações apressadas, ataques pessoais, exageros, falsas causas e apelos emocionais sem base podem enfraquecer o texto. O leitor não deve se deixar convencer apenas pelo tom forte ou pela linguagem impactante.

A organização dos argumentos também importa. Um texto pode começar com um problema, apresentar causas, desenvolver exemplos, considerar objeções e concluir com uma proposta. Essa sequência orienta o leitor.

► Elementos de coesão textual

A coesão textual é o conjunto de mecanismos que liga palavras, frases, períodos e parágrafos, formando uma unidade de sentido. Um texto coeso não é apenas uma sequência de frases soltas. Suas partes se conectam de forma organizada, permitindo que o leitor acompanhe o desenvolvimento das ideias.

Os conectivos são elementos importantes de coesão. Eles indicam relações de sentido entre partes do texto. Palavras e expressões como “mas”, “porém”, “contudo”, “entretanto”, “além disso”, “portanto”, “porque”, “embora”, “assim”, “ou seja” e “por exemplo” orientam a leitura. Cada conectivo sinaliza uma relação específica.

Por exemplo, “mas” indica oposição ou contraste. “Portanto” indica conclusão. “Porque” indica causa ou explicação. “Além disso” indica adição. “Embora” indica concessão. Quando o leitor entende esses sinais, interpreta melhor a lógica do texto.

A referência pronominal também é mecanismo de coesão. Pronomes como “ele”, “ela”, “isso”, “esse”, “aquele”, “sua” e “seu” retomam informações anteriores ou antecipam elementos. Para interpretar corretamente, o leitor deve identificar a que termo o pronome se refere. Se essa retomada não for percebida, o sentido pode ficar confuso.

A substituição lexical ocorre quando uma palavra é retomada por sinônimo, expressão equivalente ou termo relacionado. Por exemplo, um texto pode mencionar “os estudantes” e depois retomar como “os alunos”, “os jovens” ou “esse grupo”. Essa variação evita repetição excessiva e mantém a continuidade temática.

A repetição também pode funcionar como coesão. Em alguns textos, repetir uma palavra-chave ajuda a manter o foco. A repetição só se torna problema quando é desnecessária e empobrece o texto. Em textos técnicos, repetir o termo exato pode ser mais claro do que usar sinônimos imprecisos.

A elipse é outro recurso coesivo. Ela ocorre quando um termo é omitido porque pode ser recuperado pelo contexto. Por exemplo: “Maria estudou pela manhã; João, à tarde”. O verbo “estudou” foi omitido na segunda oração, mas o leitor o recupera facilmente. Esse recurso evita repetição.

A coesão também ocorre entre parágrafos. Um parágrafo pode retomar o anterior, apresentar uma consequência, introduzir exemplo, opor uma ideia ou concluir o raciocínio. Expressões como “nesse sentido”, “por outro lado”, “além disso” e “dessa forma” ajudam a criar progressão textual.

É importante perceber que coesão não é o mesmo que coerência. A coesão é a ligação linguística entre partes; a coerência é a lógica do sentido. Um texto pode ter conectivos e ainda ser incoerente se suas ideias se contradizem. Porém, a boa coesão geralmente ajuda a construir coerência.

RACIOCÍNIO LÓGICO

LÓGICA PROPOSICIONAL E DE PREDICADOS

A lógica proposicional é baseada justamente nas *proposições* e suas relações. Podemos ter dois tipos de proposições, simples ou composta.

Em geral, uma proposição simples não utiliza conectivos (*e*; *ou*; *se*; *se, e somente se*). Enquanto a proposição composta é formada por duas ou mais proposições simples ligadas por esses conectivos.

Mas às vezes uma proposição composta é de difícil análise. “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”. Se Carlos não for professor e a moeda do Brasil for o real, a proposição composta é verdadeira ou falsa? Temos uma proposição verdadeira e falsa? Como podemos lidar com isso?

A melhor maneira de analisar estas proposições compostas é através de tabelas-verdade.

A *tabela-verdade* é montada com todas as possibilidades que uma proposição pode assumir e suas combinações. Se quiséssemos saber sobre uma proposição e sua negativa, teríamos a seguinte tabela-verdade:

p	$\sim p$
V	F
F	V

A tabela-verdade de uma conjunção ($p \wedge q$) é a seguinte:

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Todas as tabelas-verdade são as seguintes:

p	q	$p \wedge q$	$p \vee q$	$p \rightarrow q$	$p \leftrightarrow q$	$p \vee q$
V	V	V	V	V	V	F
V	F	F	V	F	F	V
F	V	F	V	V	F	V
F	F	F	F	V	V	F

Note que quando tínhamos uma proposição, nossa tabela-verdade resultou em uma tabela com 2 linhas e quando tínhamos duas proposições nossa tabela era composta por 4 linhas.

A fórmula para o número de linhas se dá através de 2^n , onde n é o número de proposições.

AMOSTRA

Se tivéssemos a seguinte tabela-verdade:

p	q	r	$p \vee q \rightarrow r$
-----	-----	-----	--------------------------

Mesmo sem preenchê-la, podemos afirmar que ela terá 2^3 linhas, ou seja, 8 linhas.

Mais um exemplo:

p	q	$p \rightarrow q$	$\sim p$	$\sim q$	$\sim q \rightarrow \sim p$
V	V	V	F	F	V
V	F	F	F	V	F
F	V	V	V	F	V
F	F	V	V	V	V

Note que o resultado de $p \rightarrow q$ é igual a $\sim q \rightarrow \sim p$ (V-F-F-V). Quando isso acontece, diremos que as proposições compostas são logicamente *equivalentes* (iguais).

Outro exemplo de como A tabela-verdade pode nos ajudar a resolver certas proposições mais complicadas: Quero saber os resultados para a proposição composta $(p \wedge q) \rightarrow p \vee q$. O que vamos fazer primeiro é montar A tabela-verdade para $p \wedge q$ e $p \vee q$.

p	q	$p \wedge q$	$p \vee q$
V	V	V	V
V	F	F	V
F	V	F	V
F	F	F	F

Agora que sabemos como nossos elementos se comportam, vamos relacionar com $p \rightarrow q$:

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

Desta forma, sabemos que a implicação que relaciona V com V resulta em V, e V com F resulta em F, e assim por diante. Podemos então agora montar nossa tabela completa com todas estas informações:

p	q	$p \wedge q$	$p \vee q$	$p \rightarrow q$	$(p \wedge q) \rightarrow p \vee q$
V	V	V	V	V	V
V	F	F	V	F	V
F	V	F	V	V	V
F	F	F	F	V	V

O processo pode parecer trabalhoso, mas a prática faz com que seja rápida a montagem destas tabelas, chegando rapidamente na análise da questão e com seu resultado prontamente obtido.

CONHECIMENTOS EDUCACIONAIS

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS E TEORIAS DA EDUCAÇÃO

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO¹

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações, experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

► Fundamentos Sociológicos

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia de Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empírica e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etnometodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociologas da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica de Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdieu e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, conseqüentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia ("a turma") e a escola.

As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estritamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

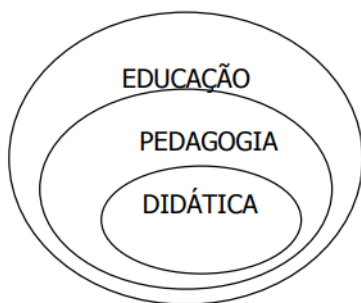
A "turma" é de vital importância para o adolescente que, ao "enturmar-se", prefere os padrões de seu grupo aos dos adultos, algumas vezes diminuindo até o seu rendimento escolar para satisfazer o seu grupo. O aluno, ser temporal e espacial, vivendo dentro de uma comunidade, pertencendo a um grupo social, participando de instituições várias, possuindo um "status" socioeconômico, para integrar-se aos padrões de comportamento social necessita de um atendimento dentro da sua realidade individual.

A organização de currículos, programas e planejamentos de ensino alienados da realidade social não é de natureza prática e não conduz a motivação. No entanto, como os grandes educadores e pedagogos, deveríamos ir muito além, formando "conceitos humanísticos" que superam dialeticamente o individual e o social para fazer surgir o ser humano integral, dando ao educando condições de adaptação em qualquer tipo de sociedade no tempo e no espaço.

¹ <https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/>

► Fundamentos Psicológicos

Iniciemos situando Educação como o âmbito amplo que abarcaria, numa representação espacial, em círculos concêntricos, a Pedagogia e a Didática, como no esquema que segue.



A Educação compete todos os detalhes, em toda a amplitude das situações que produzem ou provocam aprendizagem. Consideramos Educação como o campo característico da categoria dos humanos, porque a definimos como a esfera das aprendizagens. Ela é característica do humano, uma vez que o homem tem como sua marca definidora o fato de ser um ser de cultura, por conseguinte, um ser que aprende.

Aprender pode ser definido como a forma construída pelo bicho-homem de enfrentamento da realidade que o circunda e que lhe permite sobreviver ou, mais ainda, que lhe permite transformar o seu entorno com vistas a sua felicidade. Em face da complexidade e da amplitude dos fenômenos que regem os atos de aprender, a sua abordagem é intrinsecamente interdisciplinar. Assim, educação se faz obrigatoriamente a partir dos múltiplos enfoques.

No esquema acima, a passagem do exterior ao interior está associada a um movimento cada vez mais especializado, do informal ao formal. Assim, Educação na região exterior à Pedagogia, compreenderia as responsabilidades e as atuações da sociedade como um todo em suas ações (não propriamente intencionais) provocadoras de aprendizagens. Tratar-se-ia da atmosfera que se gera, pelo tipo de organização social e material dos agrupamentos humanos.

Na Pedagogia, restringe-se a amplitude para reforçar a profundidade da abordagem dos fenômenos do aprender. Para explicar a Pedagogia, é útil passar-se à definição da Didática, uma vez que aquela abarca esta.

A Didática é a parte da Pedagogia que se ocupa das aprendizagens complexas que requerem sistematização e organização. A Pedagogia pode ser entendida como o contexto que possibilita a Didática. Ela se ocupa do ambiente que possibilita as aprendizagens mais pontuais e específicas dos campos científicos, que configuram as disciplinas escolares.

A Didática é a ciência que dá conta de fazer com que alguém, não tendo um certo conhecimento, passe a tê-lo; isto é, ela se ocupa da construção dos conhecimentos, na perspectiva construtivista. Porém o que são conhecimentos? Quais suas características definidoras? Quais suas relações com o saber? O que saber e conhecimento têm em comum e em que divergem? Há entre eles precedência ou complementaridade? Estas e outras perguntas serão abordadas, a seguir, através da conceituação e classificação de quatro produtos da aprendizagem.

Produtos de Aprendizagem

Dentre os múltiplos ângulos em que a aprendizagem pode ser analisada, merece importância a caracterização dos tipos de produtos que dela derivam. Propomos o esquema que segue, como síntese de uma abordagem destes produtos.

	Não Sistematizada	Sistematizada
Não transformadora	Chute	Conhecimento
Transformadora	Saber	Práxis

Consideramos nestes produtos de aprendizagem dois atributos principais: a sua sistematização e a sua capacidade de transformação. A combinação da presença ou da ausência desses dois atributos caracteriza os quatro espaços deste esquema, isto é, o chute, o saber, o conhecimento e a práxis.

Denominamos **chute** um produto da aprendizagem não sistematizado e não transformador. Chute pode ser tomado como algo aproximado a improviso. Como define o dicionário Aurélio, improviso é um produto intelectual inspirado na própria ocasião e feito de repente, sem preparo.

Observemos que estamos nos atendo à definição de improviso, enquanto produto intelectual sem preparo, que é o chute. Não consideramos, neste contexto, a validade da intuição ou da espontaneidade, que também podem estar embutidas no sentido comumente dado à palavra improviso. Chute, portanto, tem aqui a conotação de algo aprendido muito superficialmente, localizado, sem nenhuma generalização.

Chamamos de **saber** o produto de aprendizagem não sistematizado, mas transformador. Um produto de aprendizagem é transformador na medida em que acrescenta ser a quem aprende, modificando lhe em algo a maneira de viver.

Uma aprendizagem não é sistematizada quando ela é apenas descritiva de etapas de soluções de um problema, sem entrar na análise desta solução. O saber implica num valor capaz de mobilizar energias de quem aprende, a ponto de levá-lo a novas formas de vida.

Chamamos de **conhecimento** um produto de aprendizagem sistematizado, mas não transformador. Uma aprendizagem não é transformadora, quando ela somente instrumentaliza teoricamente de forma desvinculada da prática.

Um produto de aprendizagem não é transformador quando apenas ilustra, sem mover o aprendiz a incorporar nova postura existencial ou nova capacitação prática. Um produto de aprendizagem é sistematizado, quando ele chega à explicação das causas dos problemas enfrentados; e isto de forma organizada. Esta organização pode ser explicitada em livros ou similares, por escrito.

O saber transforma, mas não é sistematizado. O conhecimento é sistematizado, mas não é transformador.

O saber é pessoal; e o conhecimento é social ou socializável, na medida em que pode ser ou é sistematizado. O saber é mais ligado à ação, enquanto o conhecimento é mais ligado à reflexão e à linguagem. O saber tem mais a ver com percepções e movimentos, enquanto o conhecimento tem mais a ver com as palavras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS; HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

EDUCAÇÃO NO BRASIL: DA COLÔNIA AOS DIAS ATUAIS

A história da educação no Brasil reflete as transformações políticas, sociais e econômicas que o país vivenciou desde o período colonial. A educação brasileira passou por diversas fases, desde a catequização promovida pelos jesuítas até a expansão da educação pública e a busca por uma educação democrática e inclusiva no século XXI. Esse processo é marcado por avanços e desafios, incluindo a democratização do acesso, a construção de um sistema educacional nacional e a valorização dos direitos educacionais.

► Período Colonial (1500-1822)

No período colonial, a educação no Brasil era orientada pela missão de catequização e formação da elite colonial, realizada majoritariamente pelos jesuítas. O ensino era limitado e profundamente influenciado pela Igreja Católica, com o objetivo principal de consolidar a fé cristã e a cultura europeia.

- **Ação Jesuítica:** Os jesuítas chegaram ao Brasil em 1549 e, sob o comando de Manuel da Nóbrega, fundaram as primeiras escolas de catequese. Seu objetivo era converter e educar os indígenas, promovendo a cultura e os valores europeus. Os jesuítas fundaram colégios em diversas regiões e educavam tanto os filhos da elite quanto os indígenas, embora com currículos e métodos diferenciados.

- **Ensino Rígido e Religioso:** A educação jesuítica era baseada nos valores religiosos e no ensino da moral cristã, com métodos rígidos de ensino e disciplinamento. As aulas incluíam gramática, latim e rudimentos de teologia, principalmente para os filhos dos colonizadores.

- **Expulsão dos Jesuítas:** Em 1759, o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas do Brasil e de outras colônias portuguesas, criando um vácuo educacional que o governo português tentou preencher com a implementação de escolas régias. No entanto, o desenvolvimento dessas escolas foi lento e limitado, resultando em uma oferta educacional reduzida e de baixa qualidade.

A educação no período colonial era, portanto, limitada a um pequeno grupo e essencialmente voltada para a catequese e a formação dos futuros governantes locais.

► Período Imperial (1822-1889)

Com a independência do Brasil, em 1822, surgiram as primeiras tentativas de organizar um sistema educacional nacional. No entanto, o ensino era elitista e restrito a poucas regiões, e o analfabetismo era generalizado.

- **Primeiras Iniciativas Educacionais:** A Constituição de 1824 mencionava a importância da instrução primária gratuita, mas na prática, a educação continuava elitista e concentrada nas áreas urbanas. O ensino secundário e superior atendia a uma minoria e era voltado para a formação de profissionais liberais e funcionários públicos.

- **Ensino Superior:** Durante o Império, surgiram as primeiras instituições de ensino superior, como as faculdades de Direito em Olinda e São Paulo. O ensino superior brasileiro, contudo, era voltado para uma pequena elite, sem caráter científico ou industrial.

- **Iniciativas de Expansão:** O governo imperial tentou expandir o acesso ao ensino primário, mas as dificuldades financeiras, a precariedade das escolas e a falta de professores qualificados limitaram esses esforços. Em 1854, o regulamento Couto Ferraz propôs a regulamentação da educação primária, estabelecendo normas e objetivos para o ensino básico.

Apesar dessas tentativas, o acesso à educação continuava restrito a uma pequena parcela da população, enquanto o analfabetismo permanecia alto, sobretudo entre as populações rurais e marginalizadas.

► Primeira República (1889-1930)

A Primeira República marcou um período de reformas educacionais, embora a educação permanecesse descentralizada e fragmentada. O ensino ainda era responsabilidade dos estados, e o analfabetismo continuava elevado.

- **Reformas Educacionais:** Inspirado por movimentos educacionais internacionais, o governo brasileiro iniciou algumas reformas para modernizar a educação. No entanto, a educação era uma responsabilidade estadual, resultando em uma grande disparidade entre as regiões.

▪ **Movimento dos Pioneiros da Educação Nova:** Na década de 1920, educadores como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo defenderam uma educação mais democrática e progressista, inspirada nos princípios da Escola Nova. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, exigia uma educação pública, laica e universal, além de reformas profundas no currículo.

▪ **Desafios Regionais e Sociais:** A maioria da população brasileira ainda vivia no campo, e o acesso à educação era restrito a zonas urbanas. As desigualdades regionais dificultavam a criação de um sistema educacional coeso e amplo.

Esse período consolidou a ideia de uma educação mais inclusiva, embora ainda estivesse distante da realidade para a maioria da população.

► **Era Vargas e a Consolidação do Sistema Educacional (1930-1964)**

O governo de Getúlio Vargas trouxe importantes reformas para a educação, visando fortalecer o Estado e preparar o país para a modernização econômica. As primeiras leis nacionais de educação foram estabelecidas nesse período.

▪ **Criação do Ministério da Educação:** Em 1930, Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, centralizando as políticas educacionais e permitindo maior controle do governo federal sobre o sistema de ensino.

▪ **Educação Profissional e Industrial:** A partir da década de 1940, o governo começou a investir em educação profissional e técnica, visando atender à demanda da indústria em expansão. Instituições como o SENAI e o SENAC foram fundadas para oferecer formação em áreas específicas.

▪ **Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB):** A primeira LDB foi sancionada em 1961 e estabeleceu normas gerais para a organização da educação nacional. Ela determinou os princípios e diretrizes que norteavam a educação básica e o ensino superior.

A educação passou a ser vista como um elemento estratégico para o desenvolvimento do país, e o Estado assumiu um papel mais ativo na formulação de políticas educacionais.

► **Ditadura Militar e Reestruturação Educacional (1964-1985)**

Durante o regime militar, a educação brasileira foi reorganizada, e novas políticas foram adotadas, enfatizando a formação técnica e profissional. A censura e a repressão política também afetaram o ambiente educacional.

▪ **LDB de 1971:** A reforma educacional de 1971 reestruturou o ensino básico, enfatizando a educação profissionalizante. O currículo escolar passou a incluir disciplinas voltadas para a formação técnica, em resposta à necessidade de trabalhadores qualificados para a indústria.

▪ **Expansão do Ensino Básico e Técnico:** O regime militar ampliou o acesso ao ensino fundamental e ao ensino técnico, embora a qualidade educacional fosse desigual. Muitas escolas careciam de estrutura e recursos.

▪ **Controle e Censura:** A ditadura militar exercia controle sobre os conteúdos ensinados nas escolas, e temas considerados subversivos, como sociologia e filosofia, foram retirados do currículo.

Apesar de algumas melhorias na expansão do ensino básico, a educação durante a ditadura militar foi marcada por limitações pedagógicas e um forte controle ideológico.

► **Redemocratização e a Constituição de 1988**

Com a redemocratização, o Brasil passou a investir em políticas educacionais que refletissem os princípios democráticos, garantindo o direito à educação para todos os cidadãos.

▪ **Educação como Direito Constitucional:** A Constituição de 1988 estabeleceu que a educação é um direito fundamental e responsabilidade do Estado, reafirmando a necessidade de um sistema educacional gratuito e de qualidade.

▪ **LDB de 1996:** A nova LDB regulamentou o sistema educacional brasileiro, estabelecendo diretrizes para a educação básica, ensino médio e superior. A LDB de 1996 promoveu maior autonomia pedagógica e institucional, incentivando métodos inovadores e respeitando as especificidades regionais.

▪ **Plano Nacional de Educação (PNE):** O PNE, estabelecido em 2001 e renovado em 2014, fixou metas para a educação brasileira, incluindo a universalização do ensino básico, a valorização dos professores e a melhoria da qualidade do ensino.

Essas reformas visavam democratizar o acesso à educação e melhorar a qualidade do ensino, adequando-o às demandas de uma sociedade mais plural e participativa.

► **Desafios e Perspectivas Atuais**

A educação brasileira enfrenta desafios significativos no século XXI, como a desigualdade de acesso, a inclusão digital e a necessidade de formação para o mundo do trabalho.

▪ **Desigualdade e Qualidade:** A desigualdade regional e social ainda limita o acesso à educação de qualidade. Problemas como a evasão escolar, o analfabetismo funcional e a exclusão de populações indígenas e quilombolas exigem políticas específicas e investimentos.

▪ **Educação e Tecnologia:** A pandemia de COVID-19 acelerou a implementação de tecnologias educacionais, mas também revelou a exclusão digital. A formação digital é essencial para garantir a inclusão e preparar os alunos para o futuro.

▪ **Valorização dos Professores:** A valorização dos profissionais da educação, incluindo a remuneração adequada e a formação continuada, é um desafio central para a melhoria da qualidade educacional no Brasil.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!